O Pragmatismo Responsável de Geisel e a posição brasileira perante o conflito árabe-israelense (1974-1979)

Geisel's Responsible Pragmatism and the Brazilian position in the Arab-Israeli conflict (1974-1979)
El Pragmatismo Responsable de Geisel y la Posición Brasileña en el Conflicto Árabe-Israelí (1974-1979)

Beatriz Vieira Rauber*

Rafaela Elmir Fiozeze**

Victor Hugo Dresch da Silva***

Resumo

O objetivo do artigo que aqui se apresenta consiste em compreender e analisar como se deu a evolução das relações diplomáticas entre o Brasil e o Oriente Médio e, mais especificamente, qual foi o posicionamento brasileiro perante o conflito árabe-israelense durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). Reconhecendo que o período em questão foi marcado por grandes turbulências nos mais diversos âmbitos, tem-se como hipótese central a ideia de que, com o governo Geisel, inaugurou-se uma nova fase nas relações entre o Brasil e o Oriente Médio, mas, mais especificamente, entre o Brasil e a Palestina, deixando-se de lado a até então vigente “equidistância” entre Israel e Palestina e passando-se a uma inflexão em direção a um posicionamento mais pró-Palestino.

Palavras-chave: Brasil. Política Externa Brasileira. Governo Geisel. Oriente Médio. Conflito Árabe-Israelense.

Abstract

The objective of this article is to understand and analyze how diplomatic relations between Brazil and the Middle East evolved and, more specifically, what was Brazil's position in the Arab-Israeli conflict during the Ernesto Geisel administration (1974-1979). Acknowledging that such period was marked by great turmoil in the most diverse fields, the central hypothesis is that, with the Geisel government, a new phase in relations between Brazil and the Middle East was inaugurated, but more specifically, between Brazil and Palestine, leaving aside the hitherto prevailing “equidistance” between Israel and Palestine and moving towards a more pro-Palestinian position.

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: beatrizvrauber@outlook.com.

** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: rafaelafiozeze@gmail.com.

*** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-: victordresch@gmail.com

Keywords: Brazil. Brazilian Foreign Policy. Geisel Government. Middle East. Arab-Israeli Conflict.

Resumen

El objetivo del artículo es comprender y analizar la evolución de las relaciones diplomáticas entre Brasil y el Oriente Medio y, más concretamente, la posición brasileña respecto al conflicto árabe-israelí durante el gobierno de Ernesto Geisel (1974-1979). Reconociendo que el período en cuestión estuvo marcado por

grandes turbulencias en muchas áreas diferentes, la hipótesis central es que con el gobierno de Geisel se inició una nueva fase en las relaciones entre Brasil y Oriente Medio, pero, más específicamente, entre Brasil y Palestina, dejando de lado la "equidistancia" entre Israel y Palestina, y pasando a una posición más pro-Palestina.

Palabras-clave: Brasil. Política Exterior Brasileña. Gobierno Geisel. Oriente Medio. Conflicto Árabe-Israelí.

Introdução

Entre 1920 e 1948, o território que hoje se encontra dividido entre a Palestina e o Estado de Israel esteve controlado pela Grã-Bretanha, sob o regime de um mandato sancionado pela então existente Liga das Nações. A região, que sempre se colocou como altamente visada por inúmeros povos devido, entre outros fatores, ao fato de ser considerada uma "terra sagrada", tornou-se um foco de entraves entre árabes e judeus, com cada qual defendendo o estabelecimento de um Estado próprio no referido território. À medida que a Grã-Bretanha foi se mostrando incapaz de lidar com as demandas conflitantes de ambos os povos, o mandato britânico foi se erodindo até que, em 1947, a questão relativa ao futuro daquela área, bem como dos povos que nela habitavam, foi introduzida na pauta de discussões da Organização das Nações Unidas (CARRE-RAS, 1992). Desde então, a chamada "questão palestina" - com o decorrente conflito árabe-israelense - tem sido objeto de intensos debates e litígios, com reflexos que não apenas perduram, mas também seguem vívidos até os dias de hoje.

Tendo este breve panorama em mente e estando ciente da importância e da atualidade do tópico acima mencionado, o presente artigo se propõe a entender e analisar como se deu a evolução das relações diplomáticas entre o Brasil e o Oriente Médio e, mais especificamente, qual foi o posicionamento brasileiro perante o conflito árabe-israelense durante o governo Geisel (1974-1979). Para isso, lançou-se mão de fontes primárias e secundárias sobre o assunto, estando incluídas na primeira categoria resoluções das Nações Unidas, discursos proferidos por representantes brasileiros e, por fim, relatórios e resenhas de política exterior disponibilizados e publicados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ademais, tem-se como hipótese central deste trabalho a ideia de que, com o

advento do governo Geisel, inaugurou-se uma nova fase nas relações entre o Brasil e o Oriente Médio, mas, mais especificamente, entre o Brasil e a Palestina. Supõe-se que esse novo momento, inserido em uma conjuntura de maior aproximação do Brasil com os países árabes, foi marcado por uma inflexão da política externa brasileira em direção a um posicionamento mais pró-Palestino, em detrimento de uma até então existente “equidistância” brasileira entre o Estado palestino e Israel.

Dessa forma, a fim de cumprir com o objetivo proposto, este artigo se organiza cronologicamente, tendo como ponto de partida o ano de 1947 - nomeadamente o momento em que foi rascunhado e apresentado para votação o Plano de Partilha da Palestina. Este período, que converge em termos temporais com o desenvolvimento de relações mais articuladas entre o Brasil e os países do Oriente Médio, se coloca como fundamental para o entendimento do problema, uma vez que representa o primeiro contato do Brasil com a questão palestina. Sendo assim, primeiramente, apresenta-se um apanhado histórico acerca do posicionamento brasileiro em relação ao Oriente Médio e ao conflito árabe-israelense entre 1947 e 1973 - isto é, antes do início do governo Geisel; em seguida, a fim de se compreender as ações e posições brasileiras no período abrangido pelos anos de 1974 a 1979, traz-se uma visão macro e ampliada das principais linhas e diretrizes de política externa seguidas pelo presidente Geisel; em um terceiro momento, procede-se para uma análise focada na política externa de Geisel para o Oriente Médio, enfatizando a posição do Brasil em relação às disputas entre árabes e israelenses e, portanto, em relação à Palestina; por fim, busca-se fazer algumas considerações e ponderações finais sobre o tema do artigo, avaliando, dessa maneira, se a hipótese proposta, de fato, se aplica.

A posição histórica do Brasil em relação ao Oriente Médio e ao conflito árabe-israelense (1947-1973)

No Brasil, o período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo estabelecimento do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e pela não apenas continuidade, mas também intensificação de uma política externa significativamente alinhada, tanto em termos políticos quanto ideológicos, aos Estados Unidos. É nesse contexto – de fundamental importância para compreender as ações e medidas brasileiras

que serão tomadas a partir de então – que se dá início às relações entre o Brasil e os países do Oriente Médio (CERVO; BUENO, 2012). Embora viesse a se desenvolver com o decorrer do tempo, neste momento inicial, o envolvimento brasileiro com o Oriente Próximo foi bastante incipiente, uma vez que o país não tinha interesses concretos e bem definidos na região (AMORIM, 2015). Assim, como poderá ser visto ao longo desta seção, inicialmente, as relações entre o Brasil e o Oriente Médio – inclusive no que diz respeito à Palestina – foram escassas e ocorreram majoritariamente no escopo da Organização das Nações Unidas (ONU).

O marco inicial do envolvimento do Brasil com os países do Oriente Médio de forma mais abrangente corresponde ao período do pós-Segunda Guerra, dado que a erupção de processos de independência na região abriu espaço para novas e maiores relações políticas (CASARÕES; VIGEVANI 2014). Esse crescente interesse na região do Oriente Próximo se mostra especialmente verdadeiro em 1947 – ano em que se verifica o princípio da questão palestina. Com o encerramento do mandato britânico, o problema referente ao território palestino foi deixado a cargo das Nações Unidas, que, em uma sessão extraordinária da Assembleia Geral presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, criou o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), a fim de avaliar e propor planos que pudessem solucionar a questão (PILLA, 2011). Uma vez findos os trabalhos do comitê, votou-se, no dia 29 de novembro de 1947, durante a segunda sessão ordinária da Assembleia Geral, o Plano de Partilha da Palestina – ou, em termos formais, a Resolução 181 (II) (VIGEVANI; KLEINAS, 2000). Além de prever a divisão do território palestino em dois Estados (um Estado judeu e um Estado árabe), a resolução estabelecia também um regime internacional especial para a cidade sagrada de Jerusalém, a qual seria administrada, dessa maneira, pela própria ONU (UNITED NATIONS, 1947).

O Plano de Partilha da Palestina foi aprovado por 33 votos favoráveis – dentre os quais estava incluído o do Brasil – contra 13 votos contrários e 10 abstenções. Conforme apontam Vigevani e Kleinas (2000), o voto brasileiro não representou uma posição anti-árabe⁴, mas refletiu, na verdade, uma tentativa de con-

4. Conforme coloca Santos (2000), antes de votar favoravelmente à Resolução 181 (II), o Brasil havia, inclusive, votado a favor de uma proposta árabe que previa a solicitação de um parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) acerca da questão.

ciliação e de manutenção dos objetivos gerais da política externa brasileira. Oswaldo Aranha, que não apenas representou o Brasil, mas também presidiu a segunda sessão ordinária da Assembleia Geral, foi instruído pelo Ministério de Relações Exteriores a atuar de forma a: (i) evitar um afastamento da posição norte-americana; e (ii) buscar uma solução de compromisso, que fosse aceitável para as duas partes em litígio (GONZAGA, 2008; PILLA 2011; VIGEVA-NI; KLEINAS, 2000). Com efeito, esta tentativa brasileira de seguir uma linha de ação imparcial e neutra consolidou um elemento fundamental que, por anos, guiou a política externa do país perante a questão israelo-palestina: a equidistância (SANTOS, 2003).

Com a criação do Estado de Israel efetivada em 1948, teve início a chamada “guerra de independência”, na qual uma série de países árabes invadiram o território palestino a fim de combater o vizinho judaico. O resultado desse conflito foi uma expansão de aproximadamente 37% do território israelense, que passou a ocupar áreas originalmente pertencentes aos árabes, e uma ocupação parcial de Jerusalém – que deveria permanecer sob tutela das Nações Unidas – por parte de Israel (SANTOS, 2000). Diante dessa nítida violação da Resolução 181 (II), a posição do Brasil durante a votação relativa à adesão do Estado de Israel como membro da ONU, que se deu em meados de 1949, foi de abstenção – mesmo que já havendo reconhecido o Estado judaico meses antes (FÁVERO; PINHEIRO, 2016). De acordo com Norma Breda dos Santos (2000), o fator de maior peso na decisão brasileira foi o significativo receio brasileiro com relação ao *status* de Jerusalém – havendo, relativamente a este quesito, uma importante influência do Vaticano, que defendia veementemente a manutenção do regime internacional da cidade sagrada. Mais do que isso, havia também, por parte do Brasil, grande preocupação com a situação dos refugiados palestinos, a qual seria atestada, no final de 1949, pelo voto brasileiro favorável à criação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) (SANTOS, 2000; 2003).

O decorrer dos anos não foi capaz de mitigar as rivalidades existentes no Oriente Médio e, em 1956, a decisão do líder do Egito de nacionalizar o Canal de Suez levou a um escalonamento de tensões na região, culminando na Segunda Guerra Árabe-Israelense. O conflito, mais conhecido como a Crise de Suez, se iniciou a partir da resposta de Israel – que ocupou a península do Sinai – ao movimento egípcio de nacionalização do canal e envolve também a in-

tervenção de tropas francesas e britânicas, que viram seus interesses na região ameaçados (PILLA, 2011). A questão foi levada para discussão à Assembleia Geral das Nações Unidas e, nesse contexto, o Brasil se colocou como um dos países que votou a favor da grande maioria das resoluções que requeriam um imediato cessar-fogo e a livre-navegação no Canal de Suez (SANTOS, 2000), defendendo, portanto, a solução pacífica de controvérsias, bem como a não-intervenção (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Ademais, em seu discurso na XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral, o representante brasileiro pontuou que o país seria favorável “a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito” (FREITAS-VALLE, 1956, p. 114), enfatizando também, dessa maneira, o princípio da soberania.

Para além da participação nas tratativas formais da Crise de Suez no âmbito da ONU, o Brasil contribuiu para a resolução da questão mediante o envio de tropas para o Sinai e para a Faixa de Gaza, constituindo parte das Forças de Emergência das Nações Unidas (UNEF), às quais caberiam as tarefas de garantir o cessar-fogo e de supervisionar a retirada das tropas israelenses, francesas e britânicas (CASARÕES; VIGEVANI, 2014; SANTOS, 2000). Ainda que, no período em questão, o Brasil não tivesse desenvolvido numerosas e substanciais relações bilaterais com os países do Oriente Médio – especialmente árabes –, deve-se ressaltar que “a participação do Brasil no Conselho de Segurança e a presença de tropas em Suez, antes mesmo da Guerra dos Seis Dias, propiciaram uma maior aproximação com a região” (VISENTINI, 2011, p. 126).

A partir dos anos 1960, com o estabelecimento do governo de Jânio Quadros (1961) e, posteriormente, de João Goulart (1961-1964), inaugurou-se no Brasil a chamada “Política Externa Independente” (PEI), que, em termos gerais, almejava promover uma maior autonomia brasileira no cenário internacional, deixando de lado alinhamentos ideológicos para buscar a diversificação de parcerias (CERVO; BUENO, 2012). Muito embora este novo momento na política externa brasileira tenha aberto novos horizontes e perspectivas no que diz respeito a um potencial aprofundamento de relações com os países árabes – e também do Oriente Médio como um todo –, o curto tempo de duração da PEI acabou obstaculizando a obtenção de resultados mais concretos. Com efeito, em 1964, desencadeia-se no Brasil um golpe militar que culmina na instaura-

ção, em abril do mesmo ano, do regime civil e militar brasileiro. Em contraposição ao governo previamente existente, a política externa de Castelo Branco (primeiro presidente brasileiro do regime militar) destaca-se por representar um forte retorno ao alinhamento com os Estados Unidos (SILVA, 2014), de tal forma que tanto o Oriente Médio quanto o continente asiático como um todo foram relegados a um segundo plano das relações internacionais do Brasil. Ainda assim – e a despeito das mudanças ocorridas em termos de política externa –, o Brasil manteve seu clássico posicionamento de equidistância em relação às rivalidades árabe-israelenses e israelo-palestinas, sendo a diplomacia brasileira recomendada

a manter, em face do conflito árabe-israelense, a posição realista, imparcial e equânime já constante [...] e que é a de ver no Estado de Israel uma realidade no cenário internacional, com a qual (...) se sente o Brasil perfeitamente livre para conduzir relações bilaterais e legítimas, mas ressalva sendo feito de que o reconhecimento da realidade estatal de Israel não implica endosso total ao status quo vigente na Palestina (BRASIL, 1966 apud PILLA, 2011, p. 24).

Em 1967, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), iniciou-se – a partir da invasão da península do Sinai por parte do Egito e da exigência deste de que houvesse um recuo das tropas da UNEF na região –, novamente contra Israel, a Guerra dos Seis Dias (SANTOS, 2000). O Brasil, membro não-permanente do Conselho de Segurança à época, foi um dos adeptos da Resolução 233, que convocou os governos envolvidos a tomarem uma dianteira a fim de alcançarem um “cessar-fogo imediato e a cessação de todas as atividades militares na área” (UNITED NATIONS, 1967a, p. 2). Embora a questão tivesse sido levada também à Assembleia Geral – em cujo âmbito houve forte insistência brasileira em relação ao respeito aos princípios jurídicos –, as discussões sobre o litígio permaneceram em voga até novembro de 1967, quando aprovou-se por unanimidade no Conselho de Segurança a Resolução 242 (SANTOS, 2000). Além de afirmar que o estabelecimento da paz duradoura no Oriente Médio dependia da retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados no conflito, bem como do fim da beligerância e do respeito à soberania, à integridade territorial e à independência política de todos os Estados da região, a resolução também reiterava a necessidade de: garantir a livre-navegação em todas as vias marítimas da região; alcançar um arranjo justo para o problema dos refugiados; e assegurar a inviolabilidade territorial e

a independência política de todos os Estados (UNITED NATIONS, 1967b). O Brasil, que se mostrava bastante favorável ao documento elaborado, reiterava em seus discursos que “a Resolução 242, do Conselho de Segurança, ainda constitui justa e segura base para o estabelecimento da paz no Oriente Médio” (PINTO, 1968, p. 239).

Ainda que, como apontam Casarões e Vigevani (2014), as relações com o Oriente Médio tenham se desenvolvido de forma lenta e gradual até o final da década de 1960, a Guerra dos Seis Dias seria vista por alguns como a circunstância que levou a diplomacia brasileira a ter maior autonomia e articulação em sua atuação para o Oriente Médio (ROSA, 2000). De fato, com o início do governo Médici (1969-1974) e da “Diplomacia do Interesse Nacional”, vislumbra-se um aumento nas relações bilaterais brasileiras com a região do Oriente Próximo, a qual, diante de um progressivo aumento nos preços do petróleo, foi se colocando como cada vez mais estratégica para o Brasil. Assim, já no princípio dos anos 1970, o Itamaraty passou a reforçar duas diretrizes da política externa para o Oriente Médio: a condenação da expansão territorial israelense e, especialmente após a Guerra do Yom Kippur⁵, a criação de um Estado palestino (SANTANA, 2006). Dessa forma, vai-se paulatinamente abandonando a até então vigente política da equidistância – pautada, em grande medida, em uma posição de neutralidade e na defesa dos princípios do direito internacional, como a integridade territorial e a soberania – para adotar-se posições mais acentuadamente compreensivas e simpáticas à causa árabe (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Conforme será melhor abordado nas seguintes seções deste artigo, esta tendência de aproximação brasileira do mundo árabe é aprofundada e consolidada entre 1974 e 1979, durante o governo de Ernesto Geisel.

O Pragmatismo Responsável e o Oriente Médio

O governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) se deu num período de grandes turbulências domésticas e internacionais. Apesar de ter começado seu governo em um momento de forte cres-

5. A Guerra do Yom Kippur, também conhecida como Quarta Guerra Árabe-Israelense, eclodiu em 1973, quando uma coalizão árabe, formada especialmente pelo Egito e pela Síria, invadiu a península do Sinai e as colinas de Golã - áreas que haviam sido tomadas por Israel durante a Guerra dos Seis Dias (CARRERAS, 1992). Um dos resultados dessa guerra foi o subsequente aumento nos preços do petróleo, promovido pelos países da OPEP contra os Estados Unidos e os países europeus que forneciam apoio a Israel.

cimento econômico herdado do governo anterior (nomeadamente, de Médici), o novo presidente assumiu logo após o Primeiro Choque do Petróleo de 1973, que fragilizou a situação energética e de financiamento do país. Ademais, o sistema da Guerra Fria passava pelo período de détente, fator que teve influências positivas para a consolidação da política externa brasileira do período. A situação interna também se apresentava problemática: Geisel assumiu com a intenção de preparar o país para a transição de regime, ou seja, priorizando a ideia de transição “lenta, gradual e segura” (PIMENTA, 2014). A postura do presidente, somada ao desgaste iminente do regime, possibilitou a ascensão de oposições em todas as esferas sociais, desde as disputas com a linha dura no âmbito militar e a nova onda de protestos da população, até o acirramento de críticas na imprensa nacional e internacional. Apesar das situações críticas, o período é tido como referência pela alta articulação de sua política externa, que ficou conhecida pelo termo “Pragmatismo Responsável”, sendo por vezes chamada de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” (VISENTINI, 2011).

O Pragmatismo Responsável e Ecumênico, como aponta a análise de Visentini (2011), tratou de abordar como estratégia pragmática a busca de vantagens no ambiente internacional, abstendo-se de conflitos acerca de regimes e ideologias; como estratégia responsável, o comprometimento de não contaminar a política externa com ideologias; e, por fim, como estratégia ecumênica, a ampliação de parcerias, de forma a prescindir de afinidades ideológicas ou políticas. Em suma, o Pragmatismo Responsável se apresentou como uma política externa que visava à ampliação da participação brasileira no mercado internacional, uma melhor inserção do Brasil na dinâmica de poder internacional e uma maior autonomia e liderança do país na região e no mundo. Apesar dessa aparência inovadora na mudança da política externa, grande parte das propostas do Ministério de Relações Exteriores apresentam um caráter de continuidade com os governos antecedentes – e por isso vale lembrar que muitas das relações bilaterais tiveram o seu primeiro contato ainda no governo Médici. Sendo assim, a grande diferença entre os governos foi a existência de um projeto de autonomização econômica do país no Governo Geisel - projeto este que é predominantemente uma resposta aos problemas gerados pela crise econômica internacional - que permitiu uma articulação mais livre e global da política externa (VISENTINI, 2011).

É possível afirmar que as diretrizes do Pragmatismo Responsável foram ditadas de maneira fortemente centralizada e focada em objetivos claros, sendo estas uma mescla das percepções do presidente Geisel e de seu Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silva (ESPOSITO NETO, 2014). Ainda que a centralização da tomada de decisões tenha sido um fenômeno comum no governo do presidente, a sua dedicação para a formulação da política externa brasileira se mostrou excepcional. A nova dinâmica de interação brasileira com o sistema internacional, contudo, trouxe consigo uma série de críticas da imprensa internacional e de grupos políticos domésticos. Nesse sentido, como forma de prejudicar a continuidade do governo, usou-se como objeto de acusação a violação de direitos humanos perpetuada no regime ditatorial (PI-MENTA, 2014). Ainda que, em caráter de produção de políticas públicas, tal elaboração centralizada possa ter parecido ser negativa, ela resultou em uma política externa consolidada que, até os dias de hoje, é objeto de estudo de muitas análises.

Conforme indicado pelo diplomata Gelson Fonseca Júnior (2006), optou-se, dado o contexto previamente abordado, por um distanciamento do conflito Leste-Oeste, seguindo a linha da détente para investir nas controvérsias Norte-Sul. Com isso, torna-se clara a alternância de uma linha de política externa com viés predominantemente securitário e de inserção por meio da dinâmica de conflito da Guerra Fria para uma nova visão de política externa, como estratégia para fomentar o desenvolvimento. A presente linha de raciocínio pode ser corroborada pelo exposto, em 1974, pelo discurso do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Francisco Azeredo da Silveira:

Essa precípua responsabilidade regional e continental não significa, porém, que sejam menos relevantes as tarefas que aguardam a nossa diplomacia em esferas mais amplas ou mais distantes geograficamente. Elevado nas dimensões de sua economia e do seu poder nacional, projetando-se num mundo onde se estreita a convivência entre as nações, não será possível ao Brasil alhear-se do que ocorre em outras áreas, do que emerge como novas urgências na África, no Oriente Próximo, na Ásia e na Europa (BRASIL, 1974a, p. 21).

Sendo assim, vale ressaltar que o Pragmatismo Responsável se caracterizou por uma ampliação na presença internacional brasileira (multilateralização), pelo aprofundamento do bilateralismo

com os países com os quais já existiam relações históricas e por um viés em busca de vantagens externas para o desenvolvimento nacional (VISENTINI, 2011). Em seus primeiros anos, a busca de parcerias da nova estratégia diplomática brasileira se deu em uma tentativa de melhor inserir o Brasil no Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em que garantia sua autonomia se afastando dos Estados Unidos. Segundo Visentini (2011, p. 212), essas parcerias se organizavam em três formas

[...] a) Europa e Japão como alternativas aos EUA; b) potências médias, como certos países árabes e a Argentina com vistas a parcerias tecnológicas; c) países de menor desenvolvimento relativo, vistas ao intercâmbio comercial, mais precisamente mercado de manufaturados e transferência de tecnologia e know-how.

Nesse sentido, é justamente durante o governo Geisel que se intensificam as relações entre o Brasil e o Oriente Médio, ainda que grande parte dos motivos para essa maior aproximação possam se resumir ao Primeiro Choque do Petróleo (1973). Assim, deve-se pontuar que, logo após o choque e o consequente aumento exponencial dos preços do barril de petróleo, o Brasil passou por uma situação de extrema dificuldade, finalmente sofrendo as consequências de sua alta dependência de combustíveis fósseis - que existia devido tanto à baixa diversidade na produção de energia quanto à alta dependência logística de rodovias. Dessa forma, após 1973, um bom relacionamento com o Oriente Médio se apresentou como fator vital para a sustentação da economia e do bem-estar da população brasileira. Sendo assim, a nova política de aproximação da região se tornou parte do Plano Nacional de Desenvolvimento do presidente, a fim de garantir a estratégia de ajuste à nova conjuntura (VISENTINI, 2011).

A situação de *déficit* que permeou a relação Brasil-Oriente Médio frustrou grandes grupos da sociedade e foi um dos pontos de críticas durante o governo - em 1974, o *déficit* foi de cerca de 1,76 bilhões de dólares, tendo escalonado a tal ponto que, em 1978, ele estava em 3,31 bilhões. O país buscou como alternativa uma maior aproximação com o Iraque, uma vez que os outros Estados da região já mantinham fortes vínculos com potências estrangeiras, em busca de um mercado importador, embora a intensificação das relações não tenha sido o suficiente para compensar o *déficit* crescente (ESPOSITO NETO, 2014). Ademais, no restante do Oriente Médio, observou-se um aumento nos encontros de altas autoridades para

estreitar os laços bilaterais. No que diz respeito à situação Israel-Palestina, Geisel e Azeredo se viram obrigados a se posicionar frente ao conflito, tendo em vista a necessidade de consolidar boas relações com os países árabes; a maneira como se administrou essa questão será melhor explorada na próxima sessão.

Ainda que não diretamente vinculados ao assunto central do presente artigo, cabe também ressaltar que, como resultados do Choque do Petróleo e da nova dinâmica no Oriente Médio, é possível notar um maior investimento brasileiro na região a fim de adquirir conhecimento acerca da produção energética, com vistas à modernização da Petrobrás. Ademais, o Brasil investiu em fontes alternativas de energia, como demonstrado pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, pelo Programa Pró-álcool e pelo Acordo de Energia Nuclear com a Alemanha. Tais investimentos reforçam, sobretudo, o caráter pragmático e fortemente estratégico da política externa de Geisel; todavia, é importante ressaltar que, ao tratar a crise energética como algo temporário e contornável, o governo também armou sua própria derrocada, sendo esta originada na crise da dívida e no alto endividamento externo.

O governo Geisel e a nova posição brasileira em relação ao conflito árabe-israelense

As já realizadas discussões acerca das características e das diretrizes do Pragmatismo Responsável posto em prática pela política externa do governo Geisel tornam lógica a importância dada às relações com o Oriente Médio ao longo do período. A nova perspectiva universalista, o objetivo de expansão de mercados e as necessidades advindas dos Choques de Petróleo de 1973 tornaram a região um dos núcleos da atuação internacional levada a cabo pelo Brasil ao longo da segunda metade dos anos 1970. Nesse sentido, a presente seção tem como objetivo discorrer sobre a posição brasileira em relação ao conflito árabe-israelense e, mais especificamente, em relação ao Estado palestino, apontando os principais eventos e as principais características que marcaram essa faceta do Pragmatismo Responsável.

Frente aos contextos doméstico e internacional, e diante das novas demandas brasileiras, configurou-se como importante a consolidação da presença brasileira no Terceiro Mundo. Esse fortalecimento, contudo, precisava ser precedido pela revisão de algumas relações bilaterais caracterizadas como excludentes, que prejudica-

vam a posição brasileira frente a essas regiões. É possível citar como exemplos as relações com a China nacionalista, com a África do Sul, a proximidade com o regime colonialista português e, com destaque para o presente artigo, as relações brasileiras com o Estado de Israel. Naquele momento, a manutenção da equidistância em relação ao conflito árabe-israelense prejudicava o relacionamento com o resto do Oriente Médio; dada a urgente necessidade de aproximação rápida e eficiente com a região, tornou-se imperativo reexaminar a política externa brasileira para a questão. É com essa necessidade que a nova política de Geisel para a Palestina ganha destaque como um dos marcos do novo universalismo brasileiro (LESSA, 2000).

Já nos meses finais de 1973, último ano da administração Médici, a política externa brasileira para a Palestina começa a expressar os indícios iniciais de uma mudança de padrão e, paulatinamente, passa a adotar um discurso mais favorável às posições árabes. Contudo, o principal ponto de inflexão é o início do governo Geisel, em março de 1974, e a formulação do Pragmatismo Responsável junto ao chanceler Azeredo da Silva. O Brasil passa a se alinhar a pautas árabes, defendendo posições condenatórias em relação à ocupação israelense e enfatizando a necessidade de resguardar os direitos do povo palestino (LESSA, 2000). Nesse sentido, o discurso proferido por Azeredo da Silva na abertura da XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, exemplifica e destaca a nova posição adotada pelo Estado brasileiro:

Consideramos absolutos os direitos à integridade territorial e a obrigação de respeito à soberania. Em consequência, acreditamos que a desocupação dos territórios ocupados é, insofismavelmente, parte integrante da solução do conflito. O drama do Oriente Médio se amplia e se universaliza na medida em que envolve aspectos humanos que não podem ser ignorados. É impossível à comunidade das Nações omitir-se nos seus esforços inclusive junto aos povos do Oriente Médio, para que atendam, com as medidas adequadas, ao sofrimento do povo palestino. É desumano pensar que será equitativa e ilusório esperar que será duradoura qualquer solução que não atenda aos seus direitos (SILVEIRA, 1974, p. 309).

De forma até então inédita, a política externa brasileira passa a evoluir em direção a uma posição não somente mais próxima dos países árabes, mas também crítica às políticas expansionistas de Israel. A equidistância então vigente é substituída por uma posição mais assertiva, mais alinhada ao Terceiro Mundo e acompanhada pelo entendimento que o recuo de Israel era necessário para atin-

gir a paz na região (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Concepções já muito presentes no Itamaraty, tais como a defesa da soberania e do direito de autodeterminação, bem como a objeção à guerra, passam a também ser princípios fundantes das posições brasileiras perante o conflito árabe-israelense (BRASIL, 1974b).

Para além de discursos e de princípios formuladores da política externa, é possível apontar as votações brasileiras nas Nações Unidas como resultados empíricos da maneira como o Brasil passa a se colocar no âmbito multilateral. Dessa maneira, uma análise dos votos proferidos pela delegação brasileira na ONU é capaz de explicitar a progressiva adoção de um posicionamento mais consoante com os países árabes. Em outubro de 1974, o Brasil votou a favor da Resolução 3210, a qual convidava a Organização para a Libertação da Palestina⁶ (OLP) a participar das discussões da Assembleia Geral; em novembro do mesmo ano, a posição brasileira no assunto foi reforçada pelo voto afirmativo na Resolução 3237, que garantia a participação da OLP com status observador. No entanto, na mesma sessão, e de forma até mesmo atípica, o Brasil foi um dos quatro únicos países a não votar na Resolução 3236, a qual reafirmava “os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação, independência nacional e soberania” (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

Não obstante, em 1975, o posicionamento brasileiro na ONU atinge seu momento de maior destaque: de forma surpreendente, a delegação brasileira vota a favor da Resolução 3379, a qual qualificava o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial. O Brasil foi, juntamente com Cuba e com o México, um dos três únicos países latino-americanos a se posicionar de forma positiva em relação à resolução mencionada, suscitando fortes repercussões tanto no âmbito doméstico quanto no internacional (SANTOS, 2003). Essa votação foi a expressão máxima da nova postura brasileira frente à Palestina, mesmo se levarmos em consideração algumas controvérsias, pois “[...] o que se sabe sobre o processo decisório que conduziu a esse voto indique que os motivos relevam mais

6. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi fundada em 1964 com o objetivo de defender o povo palestino e de promover a libertação dos territórios da Palestina. A OLP é considerada, por diversos países e pela ONU, a única e a legítima representante do povo palestino e foi, até a criação da Autoridade Nacional Palestina em 1993, a única instituição capaz de representar o povo palestino no plano internacional. É justamente por isso que uma análise das relações Brasil-Palestina precisa ser desenvolvida à luz das relações do Estado brasileiro com a OLP (FÁVERO; PINHEIRO, 2016).

de idiossincrasias do presidente Geisel – sempre muito preocupado em afirmar-se como autônomo, sobretudo face ao governo norteamericano – do que de um processo mais objetivamente motivado” (SANTOS, 2003, p. 12). Além das votações citadas, outras manifestações brasileiras nas Nações Unidas emergem como importantes:

A participação do Brasil nas Nações Unidas em relação à questão do Oriente Próximo cumpriu sua linha de coerência na discussão e na votação dos projetos apresentados. O Brasil votou em favor de projetos de Resolução relativos a bolsas para estudantes palestinos; ao financiamento da UNWRA; à refugiados palestinos em Gaza; a populações e refugiados deslocados desde 1967; e votou, ainda, em favor dos projetos de Resolução para a Prorrogação das dotações financeiras da UNEF, UNDOF e UNIFIL (BRASIL, 1979, p. 16).

O Pragmatismo Responsável também ecoou sobre as relações formais entre o Brasil e a Palestina. A OLP, após os resultados positivos advindos de diversas votações nas Nações Unidas, sentiu-se encorajada a ampliar seu diálogo diplomático com outros países, e o Brasil emergiu como o seu principal foco na América Latina. Após o estabelecimento do contato inicial, em 1974, por meio da embaixada brasileira em Beirute, uma delegação da OLP visitou, pela primeira vez na história, o território brasileiro no ano de 1975. A partir de então, a Organização empenhou-se na obtenção de uma autorização para a abertura de um escritório diplomático no Brasil, e, em 1976, o Itamaraty permitiu que um representante palestino operasse dentro da Missão da Liga dos Estados Árabes no Brasil; é esse, portanto, o marco inicial do estabelecimento das relações formais entre Brasil e Palestina. Por fim, ainda em relação à OLP, e diante de fortes pressões dos países árabes, o Brasil e o Iraque assinam o Comunicado Conjunto de 18 de maio de 1979, o qual resulta no reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da OLP como a única e legítima representante do povo palestino (FÁVERO; PINHEIRO, 2016).

Paralelamente a essa atuação brasileira, o governo Geisel embarca em um processo de estreitamento das relações com os demais países árabes, sempre tendo em vista a política de desenvolvimento e a centralidade da questão energética para tal. O Iraque surgiu como um dos principais parceiros brasileiros no Oriente Médio, mas o Brasil também fortaleceu laços comerciais e diplomáticos com diversos países da região: em 1974, foram abertas embaixadas nos Emirados Árabes Unidos, no Bahrein e em Omã, as quais somaram-se a outras dez que foram estabelecidas na região nos anos se-

guintes (SANTANA, 2006). A possibilidade desse relacionamento esteve também bastante relacionada à nova postura adotada pela política externa brasileira quanto à Palestina e a superação de relações bilaterais conhecidas como excludentes, como já mencionado. Não há dúvidas que todo esse esforço ia ao encontro das diretrizes propostas pelo Pragmatismo Responsável formulado sob o governo Geisel, e nesse sentido também é importante ressaltar que não se tratava apenas de garantir as importações de petróleo e aceder a um amplo mercado consumidor de produtos agrícolas, manufaturas, serviços e armamentos. “(...) Tratava-se do esboço de um eixo de cooperação entre potências médias emergentes do Terceiro Mundo” (VISENTINI, 2011, p. 12).

Nos anos 1970, momento no qual o Terceiro Mundo emergia com tamanha importância, o Itamaraty passa a ensaiar cada vez mais um projeto de política externa autônoma, apartada da lógica bipolar e calcada na expansão sobre e no estreitamento das relações com regiões como o Oriente Médio.

Além disso, após ser mencionada a importância dos Choques do Petróleo e da política energética para a aproximação brasileira com a região, cabe também discorrer acerca dos resultados econômicos e comerciais de tais parcerias. Em linhas gerais, a inflexão política na posição brasileira não suscitou mudanças significativas nas relações econômicas com os países árabes, e os resultados esperados pelas autoridades brasileiras não foram atingidos. Entre 1970 e 1979, a parcela representada pelo petróleo na pauta de importações brasileiras cresceu de 11,2% para 37,5%, colocando em evidência a crescente dependência brasileira na importação de sua matriz energética e tornando natural o crescimento da participação do Oriente Médio entre os produtos importados pelo Brasil (FÁVERO; PINHEIRO, 2016). Mais de 80% do petróleo consumido em território nacional passa a ser comprado da região, concretizando o aumento do *déficit* na balança comercial brasileira com os países árabes, o qual atingiu US\$3,314 bilhões em 1978. Mesmo com todos os esforços levados a cabo pelo Itamaraty, as tentativas de ampliar a pauta exportadora brasileira para a região tornaram-se infrutíferas, minando os resultados comerciais que eram esperados pela nova aproximação política do Pragmatismo Responsável (SANTANA, 2006).

Em suma, o que pode ser retirado como resultado da análise das relações Brasil- Palestina ao longo do governo Geisel é que há, de forma bastante precisa e clara, um ponto de inflexão. Desde a

criação do Estado de Israel em 1948, o Brasil, ao manter-se distante do Oriente Médio, também se abstinha em tecer qualquer posição concreta a respeito do conflito árabe-israelense. A partir de 1974, o governo brasileiro, seja pelas necessidades inerentes ao seu desenvolvimento, seja pelas concepções construídas por Geisel acerca do Pragmatismo Responsável, passa a adotar uma posição alinhada aos interesses árabes. Mesmo mantendo a concepção que a melhor saída seria uma solução construída de forma pacífica e diplomática, e sem nunca contestar ou deslegitimar a existência do Estado de Israel, o Brasil, pela primeira vez, dá ênfase sobre os direitos do povo palestino e sobre a ocupação ilegítima de Israel.

Considerações finais

O Pragmatismo Responsável ensaiado pelo governo Geisel, mesmo não representando uma ruptura completa com os paradigmas anteriores, representou, ao longo do período militar, a principal tentativa de consolidação de uma política externa estruturada e alinhada a novos interesses nacionais. Com todas as suas características, o Pragmatismo Responsável foi o ápice do universalismo brasileiro, o qual buscava, no âmago da Guerra Fria, uma autonomia capaz de sustentar a continuidade do processo de desenvolvimento brasileiro. Na esteira dessa concepção, buscou-se ampliar a participação brasileira em regiões e temas até então pouco explorados pelo Itamaraty; tornou-se imperativo, diante das demandas brasileiras, consolidar a posição nacional e, para isso, formular uma nova postura para regiões como a África e o Oriente Médio. É nesse sentido que a última surge como um novo desafio a ser considerado pelos formuladores da política externa brasileira no período, e que, conseqüentemente, o conflito árabe-israelense emerge como importante tema para o presente trabalho.

A análise da evolução do posicionamento brasileiro perante a “questão palestina” ao longo da história brasileira e, mais especificamente ao longo do governo Geisel, permite-nos traçar padrões de continuidade e pontos de ruptura. Desde a criação do Estado de Israel, em 1948, o Brasil nunca abdicou de expressar sua preocupação com o conflito e seu desejo de resolvê-lo por meio de canais diplomáticos e distante de quaisquer conflitos. Contudo, até o governo Geisel, essa postura sempre ocorreu de forma equidistante, neutra e muitas vezes alinhada à postura estadunidense. É nesse sentido que

o Pragmatismo Responsável representa uma ruptura ao representar, de forma clara, uma posição pró-árabe e de condenação da ocupação israelense; o governo Geisel abandona a equidistância, adota uma explícita postura de defesa dos direitos do povo palestino e alinha-se aos interesses árabes da região. Portanto, torna-se possível, através da análise do momento, afirmar que houve uma inflexão da política externa brasileira em direção a um posicionamento pró-Palestino.

Essa inflexão, contudo, não pode bem compreendida quando apartada do contexto no qual ela emergiu. Diante do Primeiro Choque do Petróleo em 1973 e da crescente demanda brasileira pela importação de petróleo, o Oriente Médio transformou-se em uma região estratégica para as aspirações de desenvolvimento do governo brasileiro. Na tentativa de se aproximar da região, tornou-se indispensável rever a posição brasileira na questão árabe-israelense; a radicalização da postura adotada pelo governo Geisel não foi atípica e estava em consonância com as diretrizes e os princípios promulgados pelo Pragmatismo Responsável.

A mudança da postura brasileira em relação à Palestina inaugura um novo período que ultrapassa as fronteiras temporais do governo Geisel, estabelecendo um padrão que encontrará continuidade ao longo de diversos governos seguintes. No âmbito do Pragmatismo Responsável, a radicalização dessa posição acompanha a revisão brasileira em outras questões internacionais, tais como as relações bilaterais com a China nacionalista e com a África do Sul, as quais também representavam entraves para a atuação internacional brasileira. É justamente por isso que a nova posição face à Palestina não pode ser vista à luz de simples concepções anti-Israel ou de meras incompatibilidades ideológicas. O ponto de ruptura estava, na verdade, diretamente ligado a questões externas ao conflito, ao universalismo brasileiro e às novas necessidades anunciadas pelo Pragmatismo Responsável.

Referências

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha**: Memórias da Política Externa Ativa e Altiva. São Paulo: Editora Benvirá, 2015.

BRASIL. **Resenha de Política Externa do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 2, 1974a.

BRASIL. **Resenha de Política Externa do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 3, 1974b.

BRASIL. **Resenha de Política Externa do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 20, 1979.

CARRERAS, José U. Martínez. **El mundo árabe e Israel: el Próximo Oriente en el siglo XX**. Madrid: Istmo, 1992.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANNI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 150-188, 2014.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2012.

ESPOSITO NETO, Tomas. Desenvolvimento e autonomia: os eixos da política externa do Governo Geisel (1974-1979). In: SILVA, André L. (Org.); SVARTMAN, Eduardo M. (Org.). **A Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)**. Curitiba: Editora Juruá, 2014, p. 125-163.

FÁVERO, Gustavo; PINHEIRO, Lucas Frota Verri. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 65- 91, 2016.

FONSECA JR., Gelson. Mundos diversos, argumentos afins. Notas sobre os aspectos doutrinários da PEI e o Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio (Orgs.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006, p. 381-432.

FREITAS-VALLE, Cyro de. XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. Discurso pronunciado na XI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas de 1956. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946 - 2006)**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 113 - 116.

GONZAGA, André Luís. **A política externa brasileira e a questão Palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951**. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista, 2008.

LESSA, Antônio Carlos. Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: SANTOS, Norma Breda dos (Org.). **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 149 - 186.

PILLA, Bruno. **O Posicionamento do Brasil sobre o Oriente Médio no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993-2005)**. 2011. 132 f. Dissertação - Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PIMENTA, Gabriel Fernandes. **Política externa do governo Geisel (1974 - 1979): análise realista neoclássica**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais: Política Internacional, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PINTO, José de Magalhães. XXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. Discurso pronunciado na XXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 1968. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946 - 2006)**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 235 - 239.

ROSA, Luciano Ozorio. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 49, v. 2, p. 157-177, 2006.

SANTOS, Norma Breda dos. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós(?)-sionismo. In: SANTOS, Norma Breda dos. **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 19 - 70.

SANTOS, Norma Breda dos. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): Equidistância, pragmatismo e realismo. **Cena internacional**, v. 5, n. 2, p. 5-23, 2003.

SILVA, André L. Interdependência, segurança e desenvolvimento: A política externa do governo Castelo Branco (1964-1967) In: SILVA, André L., (Org.); SVARTMAN, Eduardo M. (Org.). **A Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)**. Curitiba: Editora Juruá, 2014, 13-49.

SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da. XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. Discurso pronunciado na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 1974. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946 - 2006)**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 309 - 317.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution 181 (II)**. New York, 1947. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/181\(II\)](https://undocs.org/en/A/RES/181(II)). Acesso em: 15 mar. 2020.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 233**. New York, 1967a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/90711>. Acesso em: 15 mar. 2020.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 242**. New York, 1967b. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/242\(1967\)](https://undocs.org/S/RES/242(1967)). Acesso em: 15 mar. 2020.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel: da Partilha da Palestina ao Reconhecimento Diplomático (1947-1949). In: SANTOS, Norma Breda dos (Org.). **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 71 - 11.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

Recebido em: 24/03/2020

Aprovado em: 18/05/2020